

Alfonsín continuará tentando acordo com o Fundo

671 MÔNICA YANAKIEW
Correspondente

BUENOS AIRES — A maior preocupação do Presidente Raul Alfonsín e de seu partido, a União Cívica Radical (UCR), é obter novos empréstimos e assim recuperar o fôlego antes do início da campanha para as eleições Presidenciais de 1989. Uma eleição — a do dia 6 de setembro, para Governadores e Deputados Federais — já foi perdida graças à falta de solução para os problemas econômicos, que incluem uma inflação de

mais de 13% este mês. E agora, Alfonsín, como ele mesmo disse na sexta-feira passada, jogará tudo nos seus dois últimos anos de mandato.

Jogar tudo significa, por um lado, garantir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que a Argentina nem de longe pensa em decretar uma moratória da dívida de US\$ 54 bilhões, como fez o Brasil. E, em troca dessa atitude, pedir um *waiver* (perdão temporário) pelo fato de não ter cumprido as promessas feitas nas duas cartas de intenção deste ano.

Para mostrar que suas intenções

são boas e que quer reduzir o déficit fiscal, o Governo argentino anunciará, nos próximos dias, um pacote aumentando os impostos. Espera assim ter mais dinheiro para arcar com os enormes gastos públicos, sem ter que emitir moeda e aumentar a inflação.

Ao mesmo tempo, atuará a nível político. O Ministro das Relações Exteriores, Dante Caputo, já está em Washington para pedir ao Governo americano e aos organismos internacionais que convençam os bancos credores a mudarem seus métodos

de negociação. A dívida é um problema político, e não simplesmente econômico, dirá Caputo. E a solução proposta é a fixação dos juros flutuantes a níveis históricos, ou seja, cerca de 3% — o valor desses mesmos juros na época em que os empréstimos foram pedidos. Hoje, os juros estão entre 7% e 8%.

Enquanto os banqueiros não se convencem, o Governo argentino continuará pedindo um aval do FMI. Sem esse aval, não conseguirá os cinco empréstimos, cada qual de US\$ 210 milhões, do Fundo, e US\$ 750 mi-

lhões dos bancos privados. Esse dinheiro é fundamental para a Argentina pagar seus US\$ 3,5 bilhões anuais de juros e poder se dedicar à recuperação da economia interna, paralisada pela crise.

Espera-se, em Buenos Aires, um aval do FMI, mesmo que a Argentina não tenha reduzido seu déficit público de 8% a 2,5% do Produto Interno Bruto (de US\$ 75 bilhões anuais), conforme havia prometido. Outra meta fixada nas cartas de intenção foi o aumento das exportações, que, em vez de crescerem, baixaram 57% este ano.

Mas, se a Argentina tem poucas chances de recuperar logo sua economia, os credores também estão com pouca margem para endurecer sua posição nas negociações. Sem dinheiro novo, a Argentina simplesmente não poderá pagar. Suas reservas internacionais líquidas estão reduzidas a US\$ 800 milhões no máximo, o que equivale a um mês de importações. Para os credores, o jeito será ceder nas exigências e esperar que, ao cobrar mais impostos, o Governo argentino tenha como pagar seus gastos.